

ESCRITA E LEITURA COMO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA EM ANGOLA – A LITERATURA NOS ANOS QUE RONDAM A INDEPENDÊNCIA

Lígia Helena Micas¹

RESUMO: Este artigo revisita um período da história angolana em que a nação começou a construir uma narrativa sobre si mesma, valendo-se da escrita e da leitura como práticas de resistência ao discurso português. Investiga ainda o resultado desse processo no pós-independência, quando o país vivenciou uma considerável euforia em torno do livro e as instituições à frente do processo prometiam uma pátria em que a educação para a literatura ocupava papel de destaque.

ABSTRACT: This article revisits an Angolan historical time in which the nation started to build a narrative about itself using the writing and reading as resistant practice to the Portuguese speech. It still investigates the results of this post independence process, when the country lived an euphoric state around the book and the institutions leading the process promised a native country where the education to literature played a very important role.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Literatura; Leitura; Resistência

KEYWORDS: Angola; Literature; Reading; Resistance

¹ Mestranda do Programa de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. Pesquisa: “Lendo Angola: o leitor no panorama literário angolano pós-independência”

No período em que Portugal manteve colônias na África, foram inúmeros os esforços da metrópole para legitimar discursivamente a sua invasão. Travestida de missionária e civilizatória, a ocupação portuguesa em locais como Angola e Moçambique serviu a uma expropriação contínua dos recursos e força de trabalho desses territórios, embora se buscasse continuamente uma justificativa pretensamente científica para a colonização. Em 1933, com o início do Estado Novo português, sob comando de António de Oliveira Salazar, este discurso foi acentuado: a ideia de um Portugal uno e grandioso, cujos limites não se encerrariam na Europa, mas abrangeriam todas as colônias do ultramar, ignorava as condições de conflito, tensões e desigualdades entre os portugueses brancos e os nativos negros e mestiços desses locais.

É na esteira desse ideário que presenciamos aquilo que foi chamado de “pirotecnia colonial”, ou seja, toda uma série de instituições e práticas que serviram para corroborar a colonização, engrandecer Portugal e legitimar seu império diante da sociedade lusa e de seus interlocutores internacionais. Como nos aponta Francisco Noa:

Segundo Manuel Ferreira, com a implantação do Estado Novo, iniciou-se um frenético movimento propagandístico e cultural e ideológico (literatura, cinema, jornais, revistas, jornadas, semanas, slogans de glorificação do regime, programas escolares, congressos e exposições coloniais, prêmios de literatura colonial, paradas militares, viagens presidenciais ao Ultramar, criação da Agência Geral das Colônias, da Junta de Investigação do Ultramar), numa impressionante e desmedida “pirotecnia colonial do Governo”, em que “nada e ninguém escapava a este vendaval da impunidade imperial” (NOA, 1999, P. 63).

No que tange à literatura, chama-nos atenção a criação de um concurso de literatura ultramarina, em 1932, que, em seu regulamento, afirma que “será sempre preferida a literatura na forma de romance, novela, narrativa, relato de aventuras, etc, que melhor faça a propa-

ganda do império português de além mar, e melhor contribua para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas causas coloniais”. Em muito incentivada por este concurso, vemos como a literatura torna-se uma grande aliada do Estado Português e da empreitada colonial. Como nos mostra Luís Kamdjimbo,

à semelhança do que se verifica em outros espaços africanos de colonização europeia, também em Angola emerge um romance colonial de pendor exótico e assente na mistificação racalista. Forma-se um conjunto de textos centralmente motivados por uma certa ‘missão civilizadora’ atribuída a personagens brancas, sendo as personagens de raça negra secundárias e vítimas na urdidura da história. É a chamada literatura ultramarina, designação que na década de 60 é substituída pela de literatura colonial. Em Angola, ela desenvolve-se a partir dos anos 20 deste século, com os concursos de literatura colonial portuguesa, promovidos pela Agência Geral do Ultramar e de estudos sobre uma Angola numa perspectiva etnográfica, englobando as línguas e o folclore (KAMDJIMBO, 2000, p. 59).

O que percebemos nessas passagens é um claro intuito do governo colonial português de ser o detentor da palavra, de ser a única voz altissonante, de ser o primeiro e último narrador daquela história, valendo-se estrategicamente da literatura para consolidar esse discurso. Na literatura colonial produzida na metrópole ou nas colônias por homens que serviam ao propósito luso, temos, assim, personagens, espaços, focos narrativos e linguagem que vêm confirmar um olhar português, sem que apareçam as contradições e tensões que se podiam presenciar na realidade da relação ambígua e violenta entre o mundo do colonizador e o mundo do colonizado.

A clara separação entre esses espaços, no entanto, começa a ser relativizada ou, mais propriamente, complexificada, a partir de uma movimentação que, entre os anos 1950 e 1970, busca o desmonte do discurso português a partir da apropriação dessa narrativa pelos ango-

lanos. Para além da luta feita com armas, a batalha se dá também em torno da palavra, sendo a expressão literária fundamental para legitimar um discurso contrário ao praticado na metrópole. Como nos alerta Edward Said, “ninguém está de fora da luta pela geografia: esta luta é complexa porque não se restringe a soldados, mas abrange ideias, imagens e representações” (SAID, 2011, p. 38). Esta é uma das guerras travadas em Angola.

A TESSITURA ANGOLANA DOS ANOS 1950 AOS 1970

Em um de seus muitos estudos sobre as questões coloniais e pós-coloniais, Amílcar Cabral afirma que

O estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais, que se concretizam progressivamente por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como ato de negação da cultura do opressor. Sejam quais forem as condições de sujeição de um povo ao domínio estrangeiro e a influência dos fatores econômicos, políticos e sociais na prática desse domínio, é em geral no fato cultural que se situa o germe da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação (CABRAL, 1970, p. 361).

Este caminho inequívoco parece ter sido o traçado pelos intelectuais no projeto de construção da nação angolana ao longo do século XX, cuja literatura serviu como eficaz estratégia de combate contra o colonialismo armado e cultural, na medida em que insinuava veredas para uma ideia de nação. Em conjunto com a música, o teatro, o jornalismo e outras diferentes formas de expressão, a literatura caminhou no sentido de encontrar um país que jazia sob a imposição dos valores portugueses, sendo o Movimento dos Jovens Intelectuais, criado em 1948 sob o

lema “Vamos descobrir Angola”, um importante artífice desse processo ao defender uma produção feita *por angolanos e para angolanos*.

Assim, nas décadas de 1950 e 1960 vemos o desenrolar de um projeto literário que possuía um caráter eminentemente político, em que predominava a afirmação dos valores nacionais tanto no plano formal como na temática que perfazia grande parte das obras. Maria Aparecida Santilli (1985) afirma que a produção dos grupos que se reuniram em torno do movimento e das revistas *Mensagem* e *Cultura (II)* pautava-se na redefinição e valorização das características nacionais, na ideologia da resistência, no retrato do angolano comum e trabalhador, tendo os *musseques* como cenários privilegiados, na tensão entre colonizado e colonizador e no resgate ou reconstrução de uma linguagem própria. Estes textos colocavam em cena uma Angola real, mas que até então não figurava no plano discursivo.

Além da temática, encontramos nessa produção um esmerado trabalho formal: a literatura rende-se à oratura, o kimbundo passa a figurar ao lado do português, que vê sua estrutura modificada ou acrescida, a estrutura do *mi-sosso* é incorporada pelo texto escrito e, entre outras mudanças, começam a despontar as tantas vozes e perspectivas suplantadas ao longo do período colonial por uma produção que se dava em Angola, mas que, na realidade, era estrangeira.

São textos que, mais que uma visão anticolonial, revelam a complexidade das relações e as interpenetrações entre os dois mundos outrora aparentemente estanques, como é o caso das muitas narrativas que trazem a figura do assimilado, personagem por excelência do entre-lugar, ou de livros como o *Nós, os do Makulusu*, de Luandino Vieira, em que personagens de distintas origens (português, negro e mestiço) fazem, apesar da infância partilhada, escolhas diferentes na guerra anticolonial. Um deles ingressa no Exército português, enquanto os outros três optam por diferentes estratégias do lado angolano da ação. Ao invés de propor uma hierarquização entre essas escolhas e acirrar uma oposição mais simplista, Luandino opta por expor as con-

tradições, a permeabilidade das relações, o sofrimento da guerra e a impraticabilidade do sistema colonial.

Esta literatura, que hoje, distantes no tempo, vislumbramos em uma pretensa totalidade, vai sendo cerzida aos poucos e em difíceis condições materiais. Muitas delas são escritas na cadeia, por autores presos acusados de atividades subversivas, e circulam de maneira clandestina, em frágeis suportes, que em muito se diferenciam dos livros que hoje conhecemos. Conforme nos mostra Russell Hamilton, Luandino Vieira escreveu diversas obras em seus anos na prisão de Luanda e no Campo de Concentração do Tarrafal, uma delas *Vidas Novas*:

As oito estórias curtas de Vidas Novas são casos exemplares destinados a encorajar um nível de resistência contra a máquina colonial e a sua nefária política secreta. Portanto, estas histórias algo panfletárias existiam nos anos 60 e primeiros anos da década de 70 como uma literatura subterrânea que circulava em manuscrito até serem publicadas em Paris, provavelmente em 64, por Edições Anti-Coloniais (HAMILTON, 1975, p. 133).

Vale lembrar que a primeira edição autorizada só sai em 1975. Hamilton afirma ainda que

As atividades literárias subterrâneas levadas a cabo no exílio e na prisão exerciam, então, uma influência direta nas atividades literárias em Angola nos primeiros anos da década de 70, mesmo quando determinadas obras clandestinas não estavam disponíveis (HAMILTON, 1975, p. 152).

A passagem evoca o texto *Escrever em país dominado*, do antilhano Patrick Chamoiseau, que relata sua experiência como educador na prisão, onde levava livros para um jovem detento martinicano:

Ele lia. Ele escrevia. Lia. Escrevia. Minha amizade recente com o chefe de segurança lhe rendeu uma máquina de escrever. Passava seus dias, suas noites sobre ela. (...) Ao vê-lo escrever, tive

consciência do potencial da leitura-escrita em uma situação extrema. Meu novo amigo havia recriado para si uma densidade que anulava a repressão do cárcere. Não tinha mais rancores, mas sim desejos. Projetava-se com confiança. Irradiava energia (CHAMOISEAU, 1997, p. 36).

As experiências de literatura em Angola nos falam do papel da escrita, de como foi artífice de uma resistência que se traduziu em múltiplas facetas: resistiram os autores não apenas ao superar as arriscadas condições para inscrever sua produção na história, mas também ofereceram sua resistência ao discurso unilateral e exógeno que até então predominava, possibilitando a voz de uma nação. A literatura – as práticas de escrita e de leitura – assume aqui um caráter de resistência, que nada mais é, como nos explica Alfredo Bosi, “opor a força própria à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118).

A escrita resistente resgata aquilo que é calado, que fica subterrâneo pelo medo:

E aqui são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional. É nesse sentido que se pode dizer que a narrativa descobre a vida verdadeira, e que esta abraça e transcende a vida real. A literatura, com ser ficção, resiste à mentira. É nesse horizonte que o espaço da literatura, considerado em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente (BOSI, 2002, p. 135).

LITERATURA E INDEPENDÊNCIA: LIVRO, LEITOR, LEITURA

Conquistada a independência, os valores em operação na formação dessa literatura são reafirmados, como evidencia o manifesto de fundação da União dos Escritores Angolanos que, na Angola recém liberta, em 1975, proclamava, como nos mostra Carlos Ervedosa:

No momento em que nosso povo acaba de assumir a plena responsabilidade do seu futuro como nação livre e soberana,

os escritores angolanos permanecem na vanguarda, face às grandes tarefas de libertação e reconstrução nacionais. (...) A literatura angolana escrita surge assim não como simples necessidade estética, mas como arma de combate pela afirmação do homem angolano. (EVERDOSA, 1985, p.122)

A literatura nacional angolana, portanto, funda-se a partir de um projeto político e continua uma tradição significativa no país, como nos explica Rita Chaves sobre a utilização de movimentos culturais para a deflagração ou para o fortalecimento de suas lutas políticas. Seu tom indica que “o itinerário do angolano na busca de minar os bloqueios impostos pelo colonialismo inscreve-se como a própria história da palavra em Angola” (CHAVES, 1999, p. 33).

Verificamos, aqui, esse duplo nascimento, não apenas de um país, mas da possibilidade de apoderar-se dele a partir da palavra e da narrativa. A nação angolana, então, nasce juntamente com a literatura, imprimindo uma maneira singular de se olhar para os escritores e, portanto, para os livros. Ao confundir-se, aqui, o homem político e o literário, o intelectual e o guerrilheiro, que caminham indissociáveis nesta Angola em convulsão, a literatura alcança um status específico. Para melhor compreender essa equação, basta olhar com mais cautela para a União dos Escritores Angolanos (UEA), entidade que reunia nomes relevantes do processo de independência e uma das principais casas de edição do período. Tendo seu manifesto de fundação assinado por 32 escritores, entre eles o poeta Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, a União preconiza, entre outras finalidades: representar os escritores angolanos membros da UEA; promover a defesa da cultura angolana como patrimônio da Nação; e estimular os trabalhos tendentes a aprofundar o estudo das tradições culturais do Povo Angolano.

Nomes como o de Antônio Jacinto e Viriato da Cruz, entre outros, estavam fisicamente envolvidos na luta de libertação. Militantes do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola que, criado em 1956, é ator fundamental no cenário político angolano, estes homens

são considerados heróis nas batalhas que empreenderam por uma nação livre e, assim, têm também sua atividade intelectual e sua produção poética valorizadas. Como nos explica Hamilton

A vitória da luta armada foi também uma vitória da resistência cultural e uma conquista para o escritor militante. Assim, o prestígio do escritor, juntamente com o estabelecimento duma base literária, tem dado sustância ao orgulho nacional e tem dado promessas de um público leitor potencialmente vasto. (...) muitos angolanos que no passado não ligavam à literatura, veem agora nela algo com que podem identificar-se (Hamilton, 1975, p. 170).

Assim, o livro e a literatura se assumem, neste período pós-independência em que a UEA é importante articulador editorial, como símbolo de desejo, sendo profundamente estimulados na sociedade de então. Os dados corroboram esse entendimento e oferecem uma dimensão da importância da literatura nesse período: em 1970 Angola detém uma população de 5,6 milhões de habitantes, enquanto a taxa de analfabetismo gira em torno de 85%. As tiragens dos livros nessa época eram de no mínimo 5 mil exemplares, muitas delas chegando a 10 mil. Entre 1975 e o início dos anos 1980, portanto, o país vivencia um tempo áureo, em que há uma produção excepcional, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. Os livros eram acessíveis, pois além de subsidiados, era possível encontrá-los em espaços diversos, como livrarias, bancas, mercados, pelas esquinas. Existe ainda uma tentativa de fortalecimento da literatura por outros meios, com programas de televisão e de rádio que debatem o fazer literário e buscam, assim, estimular a leitura.

No período, verificamos ainda um esforço concentrado pelo letramento, com amplas campanhas de alfabetização. De 1974 a 1978, mais de um milhão e meio de pessoas foram alfabetizadas. Hamilton conta a história de que, em Luanda, em 1978, uma mulher vestida com trajes tradicionais estava em uma feira de livros e foi interpelada por

uma emissora de TV. Quando indagada por que comprava livros, “a mãe angolana retorquiu que, embora analfabeta, comprava as obras de autores nacionais para os seus filhos que, estes sim, saberiam ler”. (HAMILTON, 1975, p. 171).

A fala sugere que, neste momento excepcional vivenciado por Angola, ter a posse dos livros era também ter em mãos seu próprio destino, que se confundia com o da nação independente. A antropóloga Michèle Petit, em um belíssimo estudo sobre a leitura nas bibliotecas públicas da periferia de Paris, relembra um dos possíveis papéis do livro, que parece também caracterizar este período em Angola:

A leitura contribui assim para criar um pouco de “jogo” no tabuleiro social, para que os jovens se tornem um pouco mais atores de suas vidas, um pouco mais donos de seus destinos e não somente objetos do discurso dos outros. Ajuda-os a sair dos lugares prescritos, a se diferenciar dos rótulos estigmatizantes que os excluem (...) (PETIT, 2008, p. 100).

Neste momento de euforia, a União reeditou diversas obras do período anticolonial, muitas delas que haviam circulado clandestinamente, e iniciou uma atividade profícua com a coleção “Cadernos Lavra & Oficina”, que de 1977 a 1988 publicou cadernos de poesias e contos com periodicidade quase mensal e cuja tiragem média era de 10 mil exemplares. Os cadernos, que se iniciam com a publicação de “11 Poemas em Novembro”, de Manuel Rui, chegaram ao número 79. A UEA também foi grande estimuladora da literatura infantil, editando a Coleção Acácia Rubra, com média de 5 mil exemplares.

Esses números mostram um empenho em disseminar a produção literária, o que foi feito com certo sucesso, já que as obras circulavam e eram comercializadas para um público leitor ainda em formação, mas que, de alguma maneira, correspondia a essa massificação. Um dos exemplos citados por Hamilton é que, em menos de um ano, 40 mil exemplares do livro Sagrada Esperança, do poeta e presidente Agostinho Neto, foram vendidos. Assim, se antes os livros eram lidos por ou-

tros escritores e intelectuais, mas raramente pela pequena burguesia indígena ou pelos operários, como explica Hamilton, com as atividades da UEA abre-se uma perspectiva para o incremento da leitura em diversos meios sociais.

O TRIUNFO DA PALAVRA

Com este breve percurso é possível entender como a nação angolana buscou, entre as décadas de 1950 e 1970, produzir uma narrativa sobre si mesma e fazer despontar mais uma voz no disputado espaço dos discursos em torno das colônias portuguesas. Valendo-se da literatura como prática de resistência e via privilegiada para a afirmação de sua palavra, seus escritores trouxeram para a cena o homem e a perspectiva angolana, assim como as tensões existentes na relação entre colonizadores e colonizados, sem se furtar a considerar as múltiplas nuances que esse contato provocou.

Com o passar dos anos e com a chegada da independência, essa produção, que permite um deslocamento do olhar, sai de seus canais subterrâneos e começa a ser largamente difundida. Vemos então esse discurso sendo encorpado e cada vez mais materializado em livros, em busca de leitores que façam ressoar essas obras. A literatura encontra lugar certo e de prestígio na nação angolana emergente, partindo de uma fala que afirmava a sua existência para a consolidação de um sistema literário.

Neste encontro entre metrópole e colônia, Angola faz mais do que manter sua oposição ao outro, mas se volta a seus próprios valores e práticas para, juntamente com os fragmentos do que foi possível angariar no anárquico mosaico colonial, como é o caso da própria língua portuguesa, escrever, inscrevendo-se em sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- CABRAL, Amílcar. “Libertação Nacional e Cultura”, In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org), *Malhas que os Impérios tecem*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CHAMOISEAU, Patrick. *Écrire en pays dominé*. Paris, Gallimard, 1997.
- CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Fundo Bibliográfico de L P. 1999
- ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.
- HAMILTON, Russell G. *Literatura Africana, Literatura Necessária – Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- KANDJIMBO, Luís. “Agostinho Neto e a Geração Literária de 40”. In Mario Pinto de Andrade: um intelectual na política. Coord: Inocência Mata e Laura Padilha. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- LEITE, Ana Mafalda. “Literaturas Africanas e Pós-Colonialismo”. In: *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.
- NOA, Francisco. “Literatura Colonial em Moçambique: o paradigma submerso” In: *Via Atlântica*, nº 3, dezembro de 1999.
- PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura – uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 35, 2008.
- SAID, Edward. “Territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas”, In: *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas*. São Paulo: Ática, 1985.